Art. 3º Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o exercício financeiro de 2022, previsto no Decreto nº 2, de 3 de janeiro de 2022, acrescendo a Previsão de Aplicação de Recursos em \$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), conforme a seguir especificado:

Órgão	Código do Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos - Em R\$		
				Inicial	Acréscimo	Atual
05	90	000	Abril	11.700,00	16.000,00	27.700,00
Total				11.700,00	16.000,00	27.700,00

Art. 4º Como recursos para a alteração prevista no artigo anterior, fica deduzida igual quantia da Previsão de Aplicação de Recursos, conforme a seguir especificado:

Órgão	Código do Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Não Aplicação de Recursos - Em R\$		
				Inicial	Dedução	Atual
02	20	000	Abril	44.500,00	16.000,00	28.500,00
Total				44.500,00	16.000,00	28.500,00

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Londrina, 01 de abril de 2022. Marcelo Belinati Martins, Prefeito do Município, Moyses Silva Junior, Secretário(a) Municipal de Governo, Janderson Marcelo Canhada, Secretário(a) Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia

DECRETO Nº 356 DE 04 DE ABRIL DE 2022

SÚMULA: Regulamenta o disposto no Artigo 1º, § 1º, VII, da Lei Municipal nº 12.912, de 12 de setembro de 2019, no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, no exercício de suas atribuições legais,

Considerando o princípio constitucional da eficiência na Administração Pública, insculpido pelo art. 37 da Constituição Federal, sobretudo no que tange à qualidade e presteza dos serviços e consequente obtenção de resultados positivos no rendimento funcional, perfeição e rapidez dos interesses coletivos;

Considerando as competências legais atribuídas à Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A, dadas pelo § 1º, do Artigo 1º, da Lei Municipal nº 12.912, de 12 de setembro de 2019;

Considerando a necessidade do controle em processos estruturados, visando mitigar os possíveis riscos, com vistas ao alcance dos objetivos institucionais e para garantir a execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das atividades do órgão ou entidade, com preservação da legalidade e da economicidade no dispêndio de recursos públicos, consoante Política de Governança Pública e *Compliance* instituída no âmbito do Município, pela Lei Municipal nº 13.310, de 20 de dezembro de 2021;

Considerando as diretrizes da Governança Pública, sobretudo na promoção da desburocratização, racionalização administrativa, modernização da gestão pública e a integração dos serviços públicos, especialmente aqueles prestados por meio eletrônico, consoante Artigo 4º, inc. II, da Lei Municipal nº 13.310, de 20 de dezembro de 2021;

DECRETA:

Art. 1º. Para os efeitos deste Decreto, define-se:

I - *Smart City*: o conceito de cidade inteligente que engloba todos os sistemas de gestão urbana, bem como os sistemas de gestão de informações das múltiplas áreas organizacionais do Município de Londrina, incluído o conceito de sistemas estruturantes;

II - Soluções de mobilidade urbana: conjunto de ações visando qualificar a experiência humana em seus deslocamentos maneira mais racional e baseada em informações corretas e atualizadas, seja qual for o meio utilizado, na busca por resolver resolução de problemas, como o engarrafamento nas cidades, as dificuldades de locomoção por pedestres e ciclistas, a poluição sonora e do ar, por meio de dados, tecnologia da informação e comunicação e sensores integrando os sistemas e modais bem como a busca por uma gestão de frotas mais sustentável faz parte da mobilidade inteligente;

III - Segurança Pública: uso intensivo de tecnologias integradas e sistemas de suporte para implementação de políticas públicas demandadas pela Secretaria de Defesa Social que permitam a racionalização dos recursos, centralização de informações e monitoramento eficiente da cidade, tais como vigilância, sensores, Body Cam, Central Integrada de Comando e Controle, equipamentos, novas tecnologias e afins;

IV - *Smart grid*: infraestrutura habilitadora multisserviço para implantação de soluções sensoramento, monitoramento, transição de dados, além de prover conectividade (LoRA, 5G, dentre outras) na cidade prevendo a integração dos três serviços públicos (energia elétrica, água e gás), ou seja, convergindo-os para uma única solução de multisserviços de valor agregado;

V - Sistemas Estruturantes: sistemas com suporte de tecnologia da informação utilizados no planejamento, coordenação, execução, descentralização, delegação de competência, controle ou a auditoria das ações do Estado, além de outras atividades auxiliares, comum a dois ou mais órgãos da administração pública;

VI - Áreas organizacionais: toda e qualquer área da Administração Municipal voltada ao controle interno e externo, que administra informações essenciais à tomada de decisão;

VII - Governança Pública: conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle voltadas para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução e geração de resultados nas políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade;

VIII - Conselho de Governança Pública – CGov: o Conselho instituído por força da Lei Municipal nº 13.310, de 20 de dezembro de 2021, competente para dirimir todos os assuntos relacionados à governança pública no âmbito do Município.

Art. 2º. São objetivos gerais do programa de *Smart Cities* no Município de Londrina:

I – Integrar a transformação digital nas políticas, programas e ações de desenvolvimento urbano sustentável;

II – Prover acesso equitativo à informação;

III – Estabelecer sistemas de governança de dados e de tecnologias, com transparência, segurança e privacidade;

IV – Adotar modelos inovadores e inclusivos de governança urbana e fortalecer o papel do poder público como gestor de impactos da transformação digital nas cidades;

V – Fomentar o desenvolvimento econômico local no contexto da transformação digital;

VI – Estimular modelos e instrumentos de financiamento do desenvolvimento urbano sustentável no contexto da transformação digital com receitas recorrentes geradas por uso de ativos e mobiliário urbano e infraestrutura disponível;

VII – Gerir a Política de Dados Aberto, atendendo aos princípios da publicidade, transparência e eficiência, além de possibilitar o uso de dados brutos em softwares desenvolvidos por especialistas, voltados para o desenvolvimento econômico e social;

VIII – Fomentar um movimento massivo e inovador de educação e comunicação públicas para maior engajamento da sociedade no processo de transformação digital e de desenvolvimento urbano sustentável;

IX – Construir meios para compreender e avaliar, de forma contínua e sistêmica, os impactos da transformação digital nas cidades.

Art. 3º. A Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento – CTD, como órgão competente para implantar e gerenciar o projeto de Cidade Inteligente (*Smart City*) no Município de Londrina, será, prioritariamente o órgão competente para implantar e gerenciar o projeto voltado à Governança Pública e ao Controle Interno exercido pelos órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, podendo, nestes casos, serem adotadas outras soluções conforme deliberação do CGov.

Art. 4º. Os Sistemas Estruturantes da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, serão tratados como partes essenciais dos projetos de Cidade Inteligente (*Smart City*) no Município de Londrina, e poderão ser implantados pela CTD:

I – Procedimento de orçamentação prévio feito pelos órgãos competentes;

II – Construção do Termo de Referência que contemple o objeto a ser implantado feito pelo órgão competente, com conhecimento da CTD;

III – Autorização expressa do CGov.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Londrina, 04 de abril de 2022. Marcelo Belinati Martins, Prefeito do Município

DECRETO Nº 361 DE 04 DE ABRIL DE 2022

SÚMULA: Decreta substituição temporária da Diretoria de Projetos - IPPUL

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, no exercício de suas atribuições legais, considerando o processo SEI nº 84.001553/2022-11,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor Gilmar Domingues Pereira, matrícula nº 22.080-9, para responder pela Diretoria de Projetos - IPPUL, no período de 04/04/2022 a 04/05/2022, em substituição ao titular da Diretoria, por motivo de férias, desconto em férias e banco de horas.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Londrina, 04 de abril de 2022. Marcelo Belinati Martins, Prefeito do Município, José Antonio Tadeu Felismino, Diretor(a) Presidente

DECRETO Nº 365 DE 05 DE ABRIL DE 2022

SÚMULA: Estabelece a retomada integral das atividades presenciais para os servidores públicos do Município de Londrina e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, no exercício de suas atribuições legais,

Considerando o avanço da vacinação contra a COVID-19, com percentual elevado de pessoas imunizadas, com a consequente redução de positividade dos testes e do número de atendimentos de casos;

Considerando os Informes Epidemiológicos do Paraná que permitem a retomada das atividades presenciais;

Considerando que ainda são recomendados determinados protocolos sanitários, como medida de prevenção e controle da COVID-19;

Considerando a necessidade de releitura circunstancial das medidas e a importância de instituir diretrizes para os procedimentos administrativos dos órgãos de gestão de pessoas nas tratativas referentes à pandemia de COVID-19;

Considerando as alterações promovidas no Decreto Estadual nº 10.530 de 16 de março de 2022, pelo Decreto Estadual nº 10.596 de 29 de março de 2022;

DECRETA:

Art. 1º. Fica determinada a retomada integral das atividades presenciais para os servidores, empregados e agentes públicos municipais dos órgãos e entidades da Administração Pública direta, autárquica e fundacional, a partir de 11 de abril de 2022, observados os cuidados essenciais elencados neste Decreto.

Art. 2º. Durante a realização das atividades presenciais dos servidores públicos do Município, deverão ser obedecidos cuidados essenciais conforme os seguintes critérios: